



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

4519  
df

**1ª Câmara de Direito Público**

**Agravo de Instrumento nº 0239940-8 (N.P.U. 0006283-11.2011.8.17.0000)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravada:** Indústria e Comércio de Placas Asa Branca Ltda.

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA NA COMARCA DE ARARIPINA E AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA NA COMARCA DE IPUBI. REUNIÃO DOS PROCESSOS. CONEXÃO INSTRUMENTAL. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DEFINIDA PELO ARTIGO 219 DO CPC. CITAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL PRECEDENTE. COMPETÊNCIA DA COMARCA DE IPUBI. PRELIMINAR ACOLHIDA. NULIDADE DOS ATOS DECISÓRIOS PROFERIDOS NA AÇÃO DECLARATÓRIA.**

1. Se, no caso, o objeto da ação declaratória abrange o objeto da execução - como efetivamente abrange -, deve ser dado a ela tratamento de embargos prévios, com todas as consequências daí decorrentes, sendo que a agravante sequer precisa ingressar com “novos” embargos, sob pena de extinção por litispendência.
2. Estamos diante da chamada conexão instrumental, diversa da prevista no art. 103 do CPC, mas que em termos de competência produz os mesmos efeitos. Assim, o juiz pode-deve, inclusive, agir *ex officio* (CPC, art.105). E se o juiz pode-deve agir *ex officio*, tal ocorre por incompetência absoluta, daí por que gera a nulidade dos atos decisórios (CPC, art. 113, § 2º).
3. Se as tramitações ocorrem perante juízos sem a mesma competência territorial (Comarcas diversas), como é o caso em exame, a *vis atractiva* é exercida pelo lugar em que primeiro aconteceu a citação (CPC, art. 219). Portanto, competente é o Juízo da Comarca de Ipubi.
4. No caso em comento, tramitando a declaratória perante a Comarca de Araripina, e a execução perante a Comarca de Ipubi, os juízos não têm a mesma competência territorial; logo, a competência define-se pelo que em primeiro aconteceu a citação. *In casu*, segundo prova documental, a citação na Execução Fiscal é precedente, como se vê na certidão acostada à fl. 276 V.
5. Preliminar de Incompetência do Juízo acolhida, prejudicada a análise do mérito do presente instrumento, para reconhecer a competência da Comarca de Ipubi para



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

460  
✓

processar e julgar a Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Tributária nº 0000969-51.2002.8.17.0210, a qual deverá ser apensada à Execução Fiscal conexa, nº 0000013-94.2002.8.17.0740, com a nulidade dos atos decisórios proferidos na referida Ação Declaratória.

6. Agravo Regimental prejudicado.
7. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Agravo de Instrumento nº 0239940-8**, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em acolher a preliminar de Incompetência do Juízo**, restando prejudicados a análise do mérito do presente instrumento e o Agravo Regimental apenso, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de <sup>junho</sup> maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

454  
A

**1ª Câmara de Direito Público**

**Agravo de Instrumento nº 0239940-8 (N.P.U. 0006283-11.2011.8.17.0000)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravada:** Indústria e Comércio de Placas Asa Branca Ltda.

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu o pedido de tutela antecipada nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Tributária, para determinar ao Estado de Pernambuco a suspensão do crédito tributário da empresa recorrida, decorrente do Auto de Infração nº 040.01595/01-9, bem como se abster de lançar o nome da parte autora na Dívida Ativa e no Cadastro de Inadimplentes (fls. 264/267).

Aduz o agravante, preliminarmente, a incompetência do Juízo da Comarca de Araripina, sendo competente o Juízo da Comarca de Ipubi, não só porque a empresa executada tem domicílio nesta última Comarca, mas também porque a Procuradoria do Estado, em 02 de outubro de 2002, ajuizou Ação de Execução Fiscal com base em CDA relativa ao Auto de Infração nº 040.01595/01-9, restando evidente a conexão da Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Tributária com a Execução Fiscal supracitada.

Em prefacial, alega, também, a falta de interesse de agir, pois, uma vez ajuizada a Execução Fiscal, não há como se manter em curso outra Ação Fiscal visando à desconstituição do Auto de Infração.

No mérito, sustenta que o crédito fiscal objeto da presente ação já se encontrava inscrito na dívida ativa desde 09/08/2002 e está fundamentado pelo artigo 6º, §1º da Lei nº 6.830/80, sendo a Certidão de Dívida Ativa, título executivo extrajudicial por força do disposto no art. 585, inciso VII, do CPC. Ressalta, ainda, a presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos.

Alega a necessidade de depósito integral do montante da dívida para suspensão da exigibilidade do crédito, através de ajuizamento de ação declaratória ou anulatória de débito fiscal, pois só assim teria a mesma natureza jurídica dos embargos à execução fiscal.

Aponta, também, a inexistência de fundamento para motivação de convencimento contrário à legitimidade do tributo apurado e da multa aplicada, pois a infração decorreu do



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

455  
A

fato de a agravada ter apresentado notas fiscais emitidas por empresas com inscrição cancelada ou não inscritas na repartição fazendária (documentos fiscais inidôneos), o que impede a utilização de crédito fiscal do ICMS relativo a essas operações. Assim, não há que se falar em violação ao princípio da cumulatividade do ICMS.

Por fim, aduz a ausência de prova inequívoca e da plausibilidade do direito invocado, porquanto não se está discutindo nos autos o princípio da não cumulatividade do ICMS, mas sim a regularidade, legitimidade e legalidade do procedimento de aproveitamento do crédito do referido imposto nas operações anteriores.

Requer, portanto, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, com o acolhimento das preliminares suscitadas e consequente anulação da decisão agravada e a extinção do processo sem resolução do mérito, ante a falta de interesse de agir do autor ou, se assim não for entendido, sejam os autos remetidos ao Juízo da Vara de Ipubi, onde tramita o processo de execução fiscal, para julgamento em conjunto e, ao final, seja dado provimento ao presente agravo de instrumento para anular a decisão recorrida.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 438/439).

Agravo Regimental interposto pelo Estado de Pernambuco.

Devidamente intimada, a parte agravada deixou transcorrer *in albis* o prazo para oferecer contraminuta (fl. 444).

O Ministério Público com assento nesta Câmara absteve-se de opinar sobre o mérito da lide, por não vislumbrar interesse público que ensejasse a sua atuação no feito (fls. 450/451).

É o relatório.

Inclua-se em Pauta.

Recife, 22 de 06 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

461  
[assinatura]

**1ª Câmara de Direito Público**

**Agravo de Instrumento nº 0239940-8 (N.P.U. 0006283-11.2011.8.17.0000)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravada:** Indústria e Comércio de Placas Asa Branca Ltda.

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO - PRELIMINAR**  
**DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO**

Como já consignado, o Estado de Pernambuco alega que o Juízo da Comarca de Ipubi, e não de Araripina, é o competente para processar e julgar a Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Tributária, pois a empresa executada tem domicílio em Ipubi e, ainda, porque a Procuradoria do Estado, em 02 de outubro de 2002, ajuizou Ação de Execução Fiscal com base em CDA relativa ao Auto de Infração nº 040.01595/01-9, restando evidente a conexão da Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Tributária com a Execução Fiscal supracitada.

Argumenta que, embora a Ação Declaratória tenha sido ajuizada antes da Execução Fiscal, a empresa agravada foi citada na Ação Executiva no dia 13 de novembro de 2002, enquanto que, em relação ao presente processo, o Estado de Pernambuco sequer foi citado e só veio a ser intimado da decisão interlocutória, ora recorrida, mediante carga dos autos, após quase 09 anos do ajuizamento da ação.

Se, no caso, o objeto da ação declaratória abrange o objeto da execução - como efetivamente abrange -, deve ser dado a ela tratamento de embargos prévios, com todas as consequências daí decorrentes, sendo que a agravante sequer precisa ingressar com "novos" embargos, sob pena de extinção por litispendência.

No caso, estamos diante da chamada conexão instrumental, diversa da prevista no art. 103 do CPC, mas que em termos de competência produz os mesmos efeitos. Assim, o juiz pode-deve, inclusive, agir *ex officio* (CPC, art.105). E se o juiz pode-deve agir *ex officio*, tal ocorre por incompetência absoluta, daí por que gera a nulidade dos atos decisórios (CPC, art. 113, § 2º).

Assim, tramitando perante juízos diversos, a competência é definida pelo princípio da prevenção. Se as tramitações ocorrem perante juízos com a mesma competência territorial, a

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

462  
R

*vis atractiva* é exercida pelo que despachou em primeiro lugar (CPC, art. 106), como tal considerada a manifestação judicial que defere a citação. Porém, se ocorrem perante juízos sem a mesma competência territorial (Comarcas diversas), como é o caso em exame, a *vis atractiva* é exercida pelo lugar em que primeiro aconteceu a citação (CPC, art. 219). Esta é a solução dada pela doutrina e jurisprudência à aparente contradição entre os arts. 106 e 219 do CPC.

No caso em comento, tramitando a declaratória perante a Comarca de Araripina, e a execução perante a Comarca de Ipubi, os juízos não têm a mesma competência territorial; logo, a competência define-se pelo que em primeiro aconteceu a citação. *In casu*, segundo prova documental, a citação na Execução Fiscal é precedente, como se vê na certidão acostada à fl. 276 V.

Portanto, competente é o Juízo da Comarca de Ipubi.

Nesse sentido:

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA ANULATÓRIO DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO E AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DOS PROCESSOS POR CONEXÃO. POSSIBILIDADE. A DIREÇÃO ÚNICA DOS PROCESSOS É VIA FAVORECEDORA DO ATENDIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO, DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA SEGURANÇA JURÍDICA. 1. Em que pese existam precedentes jurisprudenciais no sentido de somente ser admitida conexão entre processo de execução e ação de conhecimento quando opostos, na execução, embargos do executado, vem-se consolidando no Superior Tribunal de Justiça entendimento segundo o qual, independentemente da oposição de embargos, há conexão entre executivo fiscal e ação autônoma relacionada ao objeto da execução, pelo que se recomenda a reunião dos processos, a fim de serem evitadas decisões antagônicas, e em atendimento aos princípios da efetividade da jurisdição, da economia processual e da segurança jurídica. 2. Nesse sentido, "o ajuizamento da ação executiva não impede que o devedor exerça o direito constitucional de ação para ver declarada a nulidade do título ou a inexistência da obrigação (...). Ações dessa espécie têm natureza idêntica à dos embargos do devedor (...). Ora, se, assim como os embargos, essa ação representa a forma de oposição do devedor aos atos de execução, quebra a lógica do sistema se tiverem curso perante juízos diferentes. Afinal, a oposição mediante ação autônoma (seja por embargos, seja por ação declaratória ou desconstitutiva), e não por resposta no âmbito da mesma relação*



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

463  
R

*processual, é, reconhecidamente, mero artifício técnico, que não pode, de forma alguma, comprometer a unidade natural e lógica que existe entre pedido e defesa (...). Entre ação de execução do título e outra ação a ele relacionada, há (...) evidente laço de conexão (CPC, art. 103), a determinar, em nome da segurança jurídica e da economia processual, a reunião dos processos, prorrogando-se a competência do juiz que despachou em primeiro lugar (CPC, art. 106)" (Trechos do voto-vista proferido pelo Min. Teori Albino Zavascki no CC 38009/MA). 3. Conflito julgado de modo a declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara dos Executivos Fiscais Estaduais da Comarca da Capital para processar e julgar o Mandado de Segurança nº 001. (TJ-PE - CC: 131244 PE 0501233771, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 29/01/2009, 8ª Câmara Cível).*

Por todo o exposto, voto no sentido de acolher a **preliminar suscitada**, determinando a competência da Comarca de Ipubi para processar e julgar a Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Tributária nº 0000969-51.2002.8.17.0210, a qual deverá ser apensada à Execução Fiscal conexa, nº 0000013-94.2002.8.17.0740, com a nulidade dos atos decisórios proferidos na referida Ação Declaratória.

Acolhida a presente preliminar, resta prejudicada a análise meritória do presente recurso de Agravo de Instrumento.

É como voto.

Recife, 03 de 06 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator